



MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM

28 DE OUTUBRO DE 2016

ACTA Nº 24

-----Aos vinte e oito dias do mês de Outubro do ano de 2016, nesta vila de Arganil, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor Presidente, Ricardo João Barata Pereira Alves, e com a presença do Senhor Vice-Presidente, Luis Paulo Carreira Fonseca da Costa e dos Senhores Vereadores Paula Inês Moreira Dinis, Maria da Graça dos Prazeres Ferreira Lopes, António Luis Júlio da Fonseca Sêco, Eduardo Miguel Duarte Ventura e João Pedro Travassos de Carvalho Pimentel e comigo, Odete Maria Paiva Fernandes, AssistenteTécnica.-----

-----Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a Reunião, quando eram quinze horas e trinta minutos.-----

ORDEM DO DIA

-----O Senhor Presidente apresentou, de imediato, a seguinte Ordem de Trabalhos:--

-----ORDEM DE TRABALHOS:-----

-----Capítulo Primeiro – Instrumentos de Gestão Financeira;-----

-----Capítulo Segundo – Requerimentos Diversos.-----

Capítulo Primeiro

Instrumentos de Gestão Financeira

-----O Senhor Presidente propôs, uma vez que o PPI é indissociável do Orçamento da Receita e Despesa, que a discussão prévia a estas votações fosse feita em conjunto, relativamente aos dois documentos e no fim far-se-ia a votação em separado, como é obrigatório, tendo sido aceite por todos os presentes.-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

-----O Senhor **Presidente** apresentou um breve resumo referente aos documentos presentes para aprovação:-----

-----"Houve algumas gralhas, entretanto detectadas e que estão a ser distribuídas pelos Senhores Vereadores. Páginas 9 e 15 e também no Mapa de Pessoal, em que a soma dos lugares ocupados e não ocupados e o respectivo resumo que não tinha sido entregue nas devidas condições; não há nenhuma alteração no mapa de pessoal a não ser esta que referi.-----

-----Relativamente às **Grandes Opções do Plano** para 2017, as Funções Sociais mais uma vez têm uma clara predominância sobre as outras funções, representando 53,44% do total; depois temos as funções económicas com 20,71%; as funções gerais 15,57% e outras funções 10,27%. Desagregando um pouco mais, percebe-se que o maior peso é da administração geral com 15,26%, tendo depois mais ou menos a par, com 15,11% o saneamento; transportes rodoviários com 11,86%; 10,27% transferências entre administrações, e abastecimento de água com 10,15%.-----

-----Ao nível das grandes intervenções que se pretendem levar a cabo, temos a Requalificação da Escola EB1 e Jardim de Infância do Sarzedo, com uma dotação prevista para 2017 de 798.400,00€; a Extensão de Saúde de S. Martinho da Cortiça, com 175.000,00€ - recorde que quer a intervenção anterior quer esta, já têm candidaturas aprovadas no âmbito do Centro 2020. Depois há um conjunto de intervenções que estão previstas nas Grandes Opções do Plano, que só serão executadas no caso das candidaturas que submetemos a fundos europeus, e foram 17, vierem a ser aprovadas; é o caso da Requalificação e Ampliação da Zona Industrial da Relvinha, com uma dotação prevista para 2017 de 955 mil euros - de referir que o que se pretende é requalificar toda a zona Este e pavimentar as vias que não estão pavimentadas, fazendo também uma requalificação do pavimento existente, a melhoria dos passeios, iluminação e depois fazer uma ampliação da Zona Industrial da Relvinha Oeste, com 50 mil metros quadrados de lotes para novos investimentos. No âmbito do abastecimento de água e saneamento temos uma dotação inscrita de 4.182.986,00€, que no caso do saneamento inclui a ETAR da Zona Industrial da Relvinha, para a qual fizemos uma candidatura ao POSEUR e estamos a aguardar o resultado; temos também a elaboração do cadastro da rede de saneamento, tal como veremos à frente, da rede de abastecimento de água e depois temos o fecho de sistemas em baixa de S. Martinho da Cortiça, ligação alta - baixa e extensão de serviço; Alagoa, ligação alta - baixa e extensão de serviço; Pombeiro da Beira, ligação alta - baixa e extensão de serviço; Côja, ligação alta - baixa e extensão de serviço; Barril de Alva, ligação alta - baixa. Estas foram candidaturas que foram submetidas ao POSEUR, sobre as quais estamos a aguardar resposta. Temos ainda, no campo do saneamento, construção das novas ETAR's de Anseriz, Benfeita, Pardieiros e Sanguinheda; estas sem candidaturas a fundos europeus, uma vez que não havia essa oportunidade. No domínio do abastecimento de água temos um conjunto de investimentos em alta que resultam também do Protocolo que foi estabelecido com a Águas do Centro Litoral; são 59 sistemas em alta que vão ser alvo de intervenção. Depois temos o fecho dos sistemas de abastecimento de água da Alagoa, ligação alta - baixa, Lomba - Nogueira; Celavisa, ligação alta - baixa, Jurjais; Cerdeira, ligação alta - baixa, Cerdeira - Dreia - Deflores - Benfeita; sistema de abastecimento do





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

Feijoal, ligação alta – baixa, Feijoal – Bufalhão. Estas últimas intervenções, de fecho dos sistemas, também foram candidatas ao POSEUR e serão executadas no caso de as vermos aprovadas.-----

-----Como já referi, também está prevista a elaboração do cadastro da rede de abastecimento de água de todo o concelho. -----

-----Requalificação do espaço urbano público da vila de Arganil, com uma dotação de 1.350.000,00€, que é uma ação que estava prevista no âmbito do Plano de Ação para a Regeneração Urbana, que já foi aprovado, quer o Plano de Ação, quer esta ação em concreto; a outra ação, a Casa das Colectividades também já tem fundos europeus garantidos. Depois a requalificação da rede viária municipal que tem um investimento previsto de 2.107.000,00€ e, neste caso concreto, falamos da ligação do IC6 a Côja, que é uma parceria que vamos desenvolver com a Câmara Municipal de Tábua - a Câmara Municipal de Arganil está a desenvolver o projecto de execução e a Câmara de Tábua lançará a empreitada; assumiremos cerca de metade do investimento porque a nossa parcela de estrada é cerca de metade da ligação do IC6 a Côja. Temos depois também a ligação Côja – Barril de Alva – Vila Cova de Alva, que entronca na E.N. 342. Temos a reabilitação de infra-estruturas rodoviárias municipais, fundo de emergência municipal, que foi uma candidatura que a Câmara fez e que já mereceu o parecer favorável da CCDRC e que tem a ver com a deterioração de algumas vias municipais, nas tempestades que ocorreram nos meses de Janeiro e Fevereiro e aguardamos apenas o despacho do membro do Governo responsável, no sentido de podermos aceder a esta verba cujo investimento global são 230 mil euros e que tem uma comparticipação de 60%. Depois temos a ligação Covais – Roda, que conta com o apoio da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira; Beneficiação da ligação Casal Novo – E. M. 543; Beneficiação da estrada Foz d'Égua – limite do concelho; Requalificação da rede viária municipal; Beneficiação da estrada Arganil – Folques; Requalificação da rede viária municipal Oeste e a requalificação da rede viária municipal Este. Estas duas últimas empreitadas contemplam intervenções em pequenos arruamentos do concelho.-----

-----Nas Grandes Opções do Plano temos inscrito o Museu internacional do Rali, que surge como financiamento não definido, uma vez que sempre dissemos que esta obra será concretizada se conseguirmos os meios financeiros através de financiamento privado ou fundos europeus, não pretendendo a Câmara dispor de qualquer verba para a instalação do Museu Internacional do Rali, e é por essa razão que surge como financiamento não definido, uma vez que continuamos a desenvolver contactos, no sentido de poder concretizar este objectivo. Requalificação da Capela de S. Pedro, com uma dotação de 150 mil euros - referir que também tem financiamento comunitário assegurado, através do pacto para o desenvolvimento e coesão, estamos apenas a aguardar que a Direção Geral do Património Cultural dê o seu parecer favorável no sentido de podermos submeter a candidatura, pois o projecto de execução já está pronto. A Casa das Colectividades, com uma dotação de 320 mil euros - também tem financiamento europeu assegurado, através de uma candidatura que fizemos ao Centro 2020. Núcleos Museológicos de Arqueologia e Etnografia, com uma dotação prevista global de 190 mil euros. Zona de Lazer das Fronhas, com uma dotação de 150 mil euros - o projecto está bastante adiantado. No âmbito dos PROVER das Aldeias Históricas e das Aldeias do Xisto, o valor previsto de





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

223.698,00€. Contratos Programa com as freguesias atingem um valor de 500 mil euros. No âmbito da modernização administrativa e que está suportada numa parceria intermunicipal, através da CIM da Região de Coimbra, temos previsto um investimento de 167.540,00€ e que tem a ver com o desenvolvimento de serviços on-line, para facilitar a interação dos cidadãos e procurar tirar partido do atendimento digital assistido, no sentido de aumentar o número de interações dos cidadãos com a Câmara Municipal, procurando também concorrer para o cumprimento dos objectivos a nível regional. Ficabeira e Feira do Mont'Alto 162 mil euros. Feira das Freguesias 38 mil euros.-----

-----Relativamente ao **Orçamento Municipal**, temos ao nível da receita, Receita Corrente, que representa 54,64% do Orçamento e Receita de Capital, 45,36%.-----

-----No que diz respeito à despesa, a despesa de capital, contrariamente ao que acontecia na receita, é superior, de 56,51% e a despesa corrente é de 43,49%; cumpre-se o princípio do equilíbrio orçamental, ou seja, a receita corrente é suficiente para cobrir toda a despesa corrente e ainda se liberta uma verba significativa para a despesa de capital.-----

-----Ao nível da receita corrente, aquilo que predomina são as transferências correntes, que representam 49% do Orçamento. Temos depois, com 21%, a venda de bens e serviços correntes. Também com alguma relevância os impostos directos, 14%. Com 11% os rendimentos de propriedade. Nos impostos directos o IMI tem a grande fatia, com 75%. Imposto único de circulação e imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis com 12% e 13% respectivamente.-----

-----Ao nível da receita de capital as transferências de capital têm um peso esmagador, 97% tendo depois ainda a venda de bens de investimento 3% e outras receitas de capital e reposições não abatidas nos pagamentos um valor muito residual.-----

-----Ao nível das despesas correntes temos o Pessoal da Câmara Municipal com um peso de 39% e aquisição de bens e serviços com 44%. Ainda com alguma expressão, as transferências correntes, que valem cerca de 11%. Ao nível das despesas de capital, aquisição de bens de capital, representa 84% do total das despesas de capital. Transferências de capital 8%. Passivos financeiros 8%.-----

-----Em traços gerais é este o conjunto de notas que gostaria de vos deixar, e que concretizem a nossa proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2017."-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** para "agradecer a explicação que o Senhor Presidente acabou de nos transmitir. Relativamente a este orçamento consideramos que ele é de continuidade e marcado pelo ciclo eleitoral que estamos a iniciar, dadas as eleições autárquicas que se realizarão em 2017 e que, de alguma forma, influenciam as opções que aqui estão plasmadas.-----

-----Lamentamos uma vez mais, não podemos deixar de o fazer, que as propostas apresentadas pelos Vereadores do Partido Socialista, não tenham tido qualquer acolhimento neste Orçamento. Nunca fomos chamados formalmente pela maioria para podermos contribuir com algumas sugestões para o Orçamento Municipal, ao longo de todo o mandato. Contudo, dada a postura responsável que nos caracteriza, ao longo





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

do ano, têmo-lo feito, como é nosso dever; Em reunião realizada em Setembro voltámos a colocar em cima da mesa dois temas, que em nosso entender são importantes e relevantes no contexto actual, a implementação do orçamento participativo, e a questão de podermos ter em Arganil um Regulamento para atribuição de Bolsas aos estudantes do ensino superior, entre muitas outras propostas que ao longo do mandato fomos fazendo e esta intervenção é quase como um balanço, visto que este é o último Orçamento que este Executivo, na actual configuração vai aprovar, visto que para o ano o Executivo será distinto. -----

----- Não podemos deixar de fazer essa referência da permanente falta de colaboração por parte da maioria em ouvir e acolher as nossas sugestões, porque entendemos que as mesmas são pertinentes e não vão fora daquilo que é o contexto municipal. Sei que o Senhor Presidente vai responder que tiveram uma maioria clara conferida pelos arganilenses, e que por estão mandatados e legitimados, obviamente que si. Mas não poderá esquecer que também nós fomos eleitos por um conjunto de arganilenses e também nós temos as nossas responsabilidades e queremos assumi-las, em respeito por quem nos elegeu. -----

-----Relativamente ao documento em si, importa referir dois aspectos que, no que concerne às receitas, entendemos que são importantes: há um aumento das transferências do Estado para os Municípios, decorrente da nova atitude por parte do Governo, em reconhecer o papel do poder local e a importância desse mesmo papel para o desenvolvimento do território nacional e daí o aumento de 3,2% das transferências para o Município de Arganil ser o maior aumento dos últimos 8 anos e de acordo com os valores que nos foram transmitidos podemos ver que está ao nível daquilo que eram os montantes transferidos no período pré-crise em 2008, cerca de 6.250.000,00€; há aqui esse recuperar da solidariedade do Estado Central para com os municípios, embora não esteja completa, e aqui associamo-nos à necessidade de reivindicarmos uma maior atenção da Administração Central para com os Municípios, mas este, é um sinal que temos que evidenciar, aliado à nova dinâmica que o Governo do Partido Socialista veio dar à implementação e à execução do Portugal 2020. É reconhecido que a implementação do acordo de parceria está atrasada demais, estamos praticamente a meio do que seria o período de programação financeira e a generalidade dos programas ainda não têm a execução que seria de esperar neste momento, mas no último ano sentiu-se que houve uma vontade do próprio Governo pôr rapidamente o Portugal 2020 a financiar rapidamente a economia local; ainda recentemente, em Aveiro, foi apresentado um conjunto de programas dirigidos aos municípios, dirigidos especificamente às autarquias locais, que o Executivo quer aproveitar, com um conjunto de candidaturas significativo, evidenciado no facto dos fundos comunitários representarem cerca de 48% do total das receitas de capital previstas para o próximo ano; fazemos votos que estas candidaturas possam ser aprovadas para que depois as mesmas possam ser executadas e possam traduzir numa melhoria para a qualidade de vida das nossas populações. Eram dois aspectos que são significativos e influenciarão decisivamente a própria execução das propostas que a maioria aqui nos apresenta.-----

-----Julgo que há aqui um lapso no quadro da página 16, em que nas variações deveria estar as percentagens das variações face ao ano anterior, de 2016 para 2017; por exemplo no caso do total das receitas correntes há um aumento de 4% e está a





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

percentagem de 13,91% porque é sobre o total, e o que se pretende comparar é a variação. É uma questão apenas técnica, que deve ser corrigida.-----

-----Relativamente às receitas de capital há um acréscimo de 40% face a 2016. Há um aumento que não é desprezível do Orçamento, estamos a falar de um aumento do orçamento de 17% face ao ano anterior, explicado já por alguns investimentos, sobretudo na área do saneamento, das águas, dos apoios que vêm por via da regeneração urbana; são as 3 grandes áreas que influenciam estes valores, mas não deixamos de manifestar a nossa preocupação e no fundo também o nosso desejo para que se concretize a aprovação de todos estes projectos, porque se analisarmos na página 31, em termos das despesas das receitas de capital, os fundos comunitários representa cerca de 48% do total das receitas comunitárias; ou seja, a concretização deste orçamento está muito dependente da aprovação desses fundos comunitários.---

-----Uma outra questão que coloco é relativamente à página 31: está aqui previsto 4.059.000,00€ de transferências de capital de sociedades privadas; é um montante significativo, no fundo são 40% das receitas de capital, estas duas grandezas significam quase 90% do total; saber a que se refere este montante porque ao analisarmos a execução orçamental desta rubrica nos últimos anos, verificamos que a mesma é zero e já nos anos anteriores tinham uma dotação significativa, embora não com esta grandeza, mas para 2015 estavam previstos 2.500.000,00€, e a sua execução foi nula. Gostava de saber o porquê deste montante significativo porque pode adular tudo o que é a própria correspondência na própria despesa e na execução do conjunto de obras e intervenções que estão aqui previstas. Em nossa opinião é aqui que se cria o efeito ilusório associado a este Orçamento. -----

-----Relativamente às Grandes Opções do Plano, importa também fazer aqui algumas considerações. Conforme referi há pouco, se este é um Orçamento de continuidade, também as nossas observações, infelizmente, vêm quase no seguimento do que em anos anteriores temos chamado a atenção; o ensino superior volta a ter uma dotação zero; na ação social, as grandes opções do plano têm a verba residual de 3 mil euros, continuando a ser esquecida uma grande franja da população, que é a população idosa, que devia ter mais apoio, nomeadamente através do auxílio ao próprio funcionamento das IPSS; em tempos abordámos neste fórum a questão do serviço da teleassistência para idosos, na medida em que estamos num concelho envelhecido, com a população muito dispersa, a viver isolada. Foi um projecto que esteve em execução no anterior CLDS que depois da sua conclusão também se perdeu, têm algumas pessoas este serviço, mas pagam-no do seu bolso; seria interessante que o Município não deixasse morrer este tipo de projectos, porque são acções que mantêm uma proximidade com as populações e garantem também a sua permanência por mais tempo nas suas residências e retardam a sua institucionalização, com os naturais benefícios sociais e financeiros que tais iniciativas provocam.-----

-----Relativamente à requalificação urbana, espaço público urbano, já aqui debatemos em profundidade, mas importa apenas deixar a nota que consideramos este projecto, demasiado redutor face ao que poderia ser efectuado, nomeadamente podermos aproveitar parte destas verbas para poderem ser requalificados alguns imóveis da vila de Arganil, já que apenas está prevista a intervenção na Casa das Colectividades.-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

-----Uma outra questão que gostava de colocar: estão identificadas um conjunto de iniciativas cujo financiamento está previsto no âmbito dos PROVERE, das Aldeias do Xisto e das Aldeias Históricas. Questiono se não está prevista nenhuma intervenção no âmbito do PROVERE Buy Nature, visto que o território do concelho de Arganil é elegível no âmbito deste Programa, que se destina às áreas naturais; se temos no concelho a área de paisagem protegida da Serra do Açor, porque é que não está aqui nenhuma intervenção prevista, ou se a ausência é uma mera opção do Município.-----

-----Relativamente ao Museu de Etnografia, questiono onde está prevista a sua implementação; falou-se em tempos que seria em Côja, no edifício da Casa da Criança, entretanto surgiram algumas questões levantadas pela União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, pelo que é oportuno questionar se essas divergências estão ultrapassadas e se se mantém essa vontade de implementar o Museu de Etnografia nesse espaço ou se eventualmente há outro espaço, ou na vila de Côja ou noutro local. Acompanhamos também a necessidade de descentralizar estas estruturas e estes equipamentos pelo concelho, pelo que ficaríamos agradados com a instalação do Museu de Etnografia em Côja.-----

-----Perguntar também se o núcleo museológico de arqueologia será criado no espaço junto posto de turismo, no edifício da biblioteca Miguel Torga, em Arganil.-----

-----Relativamente à rubrica do desporto, recreio e lazer, não podemos deixar de recordar algumas intervenções para as quais fomos alertando ao longo de todo o mandato: a questão da praia fluvial da Peneda Talhada, é a praia fluvial que mais próximo está de Arganil, continua esquecida e ao abandono; são já mais de 11 anos em que não há qualquer intervenção, se é que alguma vez houve alguma intervenção naquele espaço. Assim como a necessidade, e na altura recorde-me de termos aqui abordado a necessidade, de criação de novos equipamentos que pudessem estimular o próprio exercício físico, como a criação de uma via pedonal e ciclável do Alva, que pudesse ligar Arganil, Sarzedo, Secarias e eventualmente Côja, que acrescentasse algum impacto no território, um equipamento diferenciador que pudesse aumentar a atractividade do território, proposta que nunca foi aprofundada; obviamente sabemos das limitações orçamentais e um projecto destes seria muito avultado em termos financeiros, mas podia ser iniciado por algum lado, pelo menos ligar a sede do concelho ao Sarzedo e às Secarias, julgo que era um bom começo para uma infraestrutura desta natureza.-----

-----Relativamente à intervenção no pólo industrial da Relvinha, o Senhor Presidente já esclareceu as dúvidas que tinha, ou seja, qual era a intervenção que estava preconizada. Contudo, devemos lembrar que existem outras áreas de acolhimento empresarial no concelho, que necessitam de intervenção e cujos empresários merecem também ter essa atenção por parte do Município, mas associamo-nos ao volume financeiro que aqui está previsto para o pólo industrial da Relvinha; se o mesmo for concretizado acho que é um passo positivo face àquilo que eram as intenções e execuções dos anos anteriores.-----

-----Relativamente à requalificação da rede viária, está aqui uma pequena intervenção entre a Foz d'Égua e o limite do concelho; questionar se há conhecimento de que no concelho de Seia haverá alguma intervenção por parte desse município da estrada que vai até Vide e perguntar sobre a ligação entre o Piódão, Chãs d'Égua e Foz d'Égua, se está equacionada alguma intervenção para, de alguma forma, fechar





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

esta rede naquela que é a freguesia mais turística do nosso concelho e com uma capacidade de atração maior e que acolhe um numero mais significativo de visitantes ao nosso concelho.-----

-----Pergunto também quais os eventos automobilísticos previstos nestas GOP, se é a continuidade do rali de Arganil que se vai realizar este ano, isto é, se está prevista a sua continuidade para os anos seguintes, ou se existe alguma outra perspectiva dentro desta área.-----

-----Também o porquê de uma verba tão avultada para a serra do Açor, Associação de Desenvolvimento Regional, 348 mil euros, um montante significativo, se há alguma alteração face àquilo que eram as transferências dos anos anteriores ou se se mantêm os Protocolos que estão em curso.-----

-----Antes de terminar a minha intervenção, apenas fazer uma referência à falta de partilha de alguma informação e temos falado nesse aspecto em várias reuniões; o Senhor Presidente devia partilhar mais connosco aquilo que é a vida do próprio Município; sei que tem um conjunto de competências que a lei lhe confere e que este Executivo, no início do mandato, lhe delegou, mas julgo que isso não pode ser inibidor de transmitir aqui um conjunto de informações, Como exemplo, refiro que ao tomar contacto com estes documentos, verificamos que estão em cursos vários processos judiciais, , que assinalam um risco de condenação significativo para o Município; ficámos agora a conhecer o conjunto desses processos e se tivéssemos conhecimento de toda esta actividade, ao longo do mandato, se calhar não seríamos agora tão surpreendidos. Pergunto também se existem algumas previsões para a conclusão destes processos, visto que os montantes poderão vir a ter algum relevo, caso o Município venha a ser condenado.-----

-----Para já eram estes os considerandos que queria partilhar com o Executivo, face à análise que foi possível fazer deste documento previsional para o ano de 2017, no curto espaço de tempo que nos foi concedido."-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **João Pedro Pimentel** para "agradecer o esforço que o Senhor Presidente e a sua equipa, particularmente os funcionários que estiveram no dia de ontem para fazer chegar os documentos a Coimbra, que nos possibilitaram estar hoje na reunião minimamente informados. Acho que há aqui um vazio legal que não cabe a responsabilidade a este ou a qualquer outro Executivo; acho que o prazo para leitura para estudo, para apreciação destes documentos é manifestamente curto. As pessoas que não estão no Executivo Municipal a tempo inteiro têm alguma dificuldade em poder, com tempo, com disponibilidade, estudar de uma forma rigorosa os documentos. Não podia deixar de referir esta situação, que naturalmente não é da responsabilidade do Executivo.-----

-----Relativamente à apreciação que faço a estes dois documentos, e tendo em conta a apreciação exaustiva e bastante escarpada que o Senhor Vereador Miguel Ventura acabou de fazer, para mim a tarefa é mais fácil, porque começo por subscrever o registo da sua intervenção, a profundidade da sua intervenção, e naturalmente como é lógico, estou muito de acordo com as questões por ele aqui abordadas, que também na maior parte são as minhas questões.-----

-----Ainda assim, deixava aqui algumas notas que me parecem as mais relevantes, até na perspectiva de não me repetir, face à intervenção do Senhor Vereador Miguel





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

Ventura: a primeira grande questão que se prende com este Orçamento é que acho que o Executivo Municipal de Arganil não assumiu ainda, na sua real dimensão, o novo papel que cabe às autarquias; registo aqui um volume significativo de obras, água, saneamento, redes viárias, naturalmente obras que nós somos a favor que se realizem, apenas com um senão, afinal havia carências no concelho de Arganil e quando levantámos algumas questões no passado recente, seja neste fórum seja em discussão noutros locais, havia alguma razão. Hoje, em 2016, estes dois documentos estão atravessados do princípio ao fim por um conjunto de obras que são necessárias, já eram necessárias e em 2017 o Executivo Municipal, fruto talvez de um acelerar de verbas dos programas comunitários e também do aumento das receitas provenientes do Estado, do Governo Central, são as possíveis de serem executadas. Acho que há aqui um marcar pelo executivo municipal, talvez a coberto da necessidade delas serem executadas, e paralelamente a isso não vejo aquela preocupação que acho que num tempo de mudança, num tempo em que apesar de todo o progresso, as carências sociais são ainda bastante visíveis, não vejo essa preocupação neste Orçamento. Demos exemplos ao longo destes 3 anos de algumas questões que podiam ter sido incorporadas no Orçamento deste tipo, que não trariam qualquer tipo de inconveniente do ponto de vista do equilíbrio económico-financeiro, até porque muitas vezes algumas das verbas que propusemos aqui pudessem ser alocadas a outros programas, refiro-me ao apoio aos estudantes do ensino superior, refiro-me ao apoio a idosos, através de um maior reforço às IPSS; essas verbas, em alternativa, poderiam substituir outras que não me parecem de todo prioritárias. Acho que há uma preocupação social que é preciso reforçar nos documentos que marcam a actividade do Executivo e da Câmara Municipal para o ano subsequente e não vejo essa preocupação aqui espelhada. Naturalmente que há questões que vêm de trás que continuarão a ser apoiadas por este Executivo e que terão o nosso apoio, como particularmente a ação social ao nível dos jovens estudantes. Acho que o apoio que é dado a esse nível devia ser transportado para outras áreas como o apoio aos idosos. Os executivos municipais deviam claramente assumir que o papel de apoio aos carenciados, aos mais idosos, aos mais dependentes, àqueles tão-somente que vivem sozinhos, não são tarefas exclusivas das IPSS e devem merecer a maior atenção por parte dos Executivos Municipais; é outro paradigma de intervenção, na minha opinião, que as Câmaras Municipais devem exercer e neste caso não vejo essa preocupação aqui espelhada tão profundamente quanto eu desejava.-----

-----Depois há uma série de questões que nós abordámos ao longo dos anos e que poderiam estar aqui espelhadas, como as que já referi, mas na área do Turismo também não vejo uma política que naturalmente e estamos de acordo nesse aspecto, muitas destas questões que o Presidente apresentou, obras, revalorização da rede viária, questões ambientais, nomeadamente ao nível de sistemas de abastecimento público, esgotos, etc, tudo isso tem impacto numa melhor qualidade de vida para o concelho e indirectamente tem reflexo no acolhimento de quem nos visita mas não vejo uma preocupação num tempo em que se define em que zonas como o nosso concelho integrado numa zona de interior com belezas naturais fantásticas, não vejo uma política de Turismo espelhada neste Orçamento. Já não refiro sequer, porque uma andorinha não faz a Primavera, não percebo como é que a Câmara Municipal ao menos simbolicamente, não requalifica a Praia Fluvial da Peneda Talhada;





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

naturalmente que não seria isso que traduziria um novo olhar para as políticas de Turismo, mas era um sinal; sabemos bem que nada pode ser feito apenas num dia. Quem vive e convive com os arganilenses, e o Senhor Presidente é um arganilense e o seu Executivo também, as pessoas perguntam porque é que a Peneda Talhada não é requalificada; não se percebe.-----

-----Deixava também as mesmas dúvidas relativamente à Lomba do Canho; gostava de saber porque é que não há uma referência clara no Orçamento ou se não é uma prioridade para o nosso Executivo a questão que remete para aquilo que foi uma questão importante em termos de cultura e hoje a cultura está muito ligada ao Turismo, relativamente à Lomba do Canho.-----

-----Gostava também de referir o seguinte: o Senhor Vereador Miguel Ventura classificou estes documentos como Orçamento de continuidade e de facto há aqui um conjunto de situações, naturalmente que saudamos a Escola do Sarzedo, a extensão de Saúde de S. Martinho da Cortiça e aquelas requalificações da rede viária que foram aqui apresentadas, mas o orçamento é também de continuidade porque tem aqui algumas áreas para as quais não perspectivamos soluções. Refiro mais uma vez o Museu do Rali; acho que esta questão é muito importante, não só porque está em causa a criação ou não de um Museu do Rali, mas também no que tem a ver com a sua localização. Já uma vez perguntei ao Senhor Presidente se 3 anos depois da inauguração da requalificação do antigo edifício da Cerâmica, se púnhamos como hipótese que este Museu do Rali, porque o Senhor Presidente disse e bem que não queria afectar recursos financeiros da Câmara Municipal, seria feito. Isto remete-nos para a questão daquele empreendimento. Nós dissemos isto aqui no início, disse-o enquanto deputado da Assembleia Municipal, este empreendimento está a sofrer o impacto dele ter sido construído sem plano de negócios, que pudesse hoje a coberto esta situação, porque se eventualmente, num tempo tão difícil, em que o Senhor Presidente, com toda a razão, acautela e diz que não afectará recursos do Município; se por uma hipótese essa situação não ficar resolvida, que é que faremos a tão importante espaço daquele empreendimento? Acho que estas são dúvidas absolutamente justificadas e que o Senhor Presidente já trouxe isto várias vezes à coação e não podemos deixar de pensar que isto é um problema para quem vier a seguir e para os arganilenses. Escuso-me de vos enfadar com as minhas reticências, a minha oposição, por princípio, àquilo que foi a requalificação daquele espaço porque acho que aquele espaço não trouxe a Arganil e esta afirmação apenas e só me responsabiliza a mim, a mais ninguém, nem sequer à força política que represento, tenho sérias dúvidas que num tempo tão difícil aquilo tenha sido um investimento capaz de trazer a Arganil reais impactos positivos sob todos os pontos de vista. Esta é uma posição que já tive oportunidade de manifestar, o Presidente da Câmara e o Executivo têm outra posição, têm legitimidade para o fazer, mas não percebo como é que num tempo destes o que poderemos fazer àquele empreendimento nos próximos tempos; e não esgota só as dificuldades para aquele empreendimento, mesmo que o Senhor Presidente consiga as verbas significativas para o Museu do Rali, o futuro deste empreendimento não estará absolutamente acautelado.-----

-----Finalmente a grande questão, estamos de acordo com a requalificação proposta para a nossa vila, deixava uma nota, o Senhor Presidente tem falado nisso, em posteriores verbas que possam ser alocadas; não tenho a certeza que não fosse





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

também necessário, percebo a prioridade da sede do concelho, acho que poderá haver outras localidades, não temos verbas que nos permitam intervenções deste tipo em todo o concelho, mas penso que haveria que pensar que se outras verbas neste âmbito fossem alocadas, distribuí-las por Côja e outras localidades, pelo menos do ponto de vista simbólico; passamos por um tempo de algum despovoamento, de alguma perda de actividade nas nossas aldeias, penso que levar a requalificação a meia dúzia de pontos cirurgicamente escolhidos, bem escolhidos, fazia todo o sentido.

-----Acho um erro histórico que esta requalificação não se estenda à Rua do antigo hospital e onde hoje estão localizados a maioria dos equipamentos de saúde e assistência da nossa vila; acho que devia ser feito um esforço. O Presidente respondeu-me que numas futuras verbas isso se poderia pensar, acho que é um erro histórico e que a memória arganilense devia impelir-nos a fazer isso. Acho que o Senhor Presidente devia rever essa posição, não sei se é possível fazê-lo, pela sua localização, pelo valor simbólico e também pela importância que essa Rua tem, em termos de acessibilidade a esses equipamentos, acho que se devia repensar essa decisão. Eu tomo a liberdade de dizer que lhe chamei a atenção para isso, modestamente, no dia em que nos apresentou aqui esse projecto. Penso que desculpar-me-á se estiver enganado, que na altura ainda era possível fazer isso. Isto é apenas um exemplo que há contributos que de uma forma frontal, séria e honesta que temos trazido aqui e são coisas tão consensuais, já fiz aqui algum esforço para ir ao encontro de algumas posições propostas pelo Executivo Municipal e fi-lo em nome da sã convivência democrática e em nome do concelho de Arganil; o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores conhecem algumas situações a que me refiro por isso acho que era bom e espelhar nestes documentos que houvesse da parte do Executivo Municipal um esforço para ir ao encontro de posições que são nossas e têm a ver apenas e só com o nosso gosto pelo desenvolvimento da nossa terra.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** referindo que “começaria por dizer que é natural que haja um conjunto de sãs e saudáveis divergências relativamente às Grandes Opções do Plano uma vez que, não vou dizer que este Plano concretiza aquilo que foi o nosso programa eleitoral, uma vez que o Senhor Vereador Miguel Ventura já o referiu, mas havia uma estratégia diferente da parte daquela que foi apresentada pelo PSD nas últimas eleições autárquicas daquela que era a estratégia do PS. É evidente que em muitos momentos é possível chegarmos a entendimento sobre algumas matérias, noutras não, mas é saudável e são que possa haver este debate relativamente àquilo que nos separa relativamente ao futuro do nosso concelho.”-----

-----As nossas Grandes Opções do Plano e o nosso Orçamento municipal para 2017 mantêm uma forte matriz social, como pode ser facilmente visto no gráfico que temos projectado, em que as funções sociais representam mais de 50% das GOP; 53,44%. Nessa perspectiva, entendemos que estamos a fazer aquilo que devemos no quadro das nossas atribuições e competências no sentido de as pessoas do concelho, especialmente aquelas que estão socialmente mais desprotegidas, poderem atenuar as dificuldades que sentem no dia-a-dia.”-----

-----Procurando responder às questões que aqui foram colocadas, de facto é verdade que o Orçamento do Estado para este ano prevê um aumento das verbas transferidas para os Municípios, algo que tem vindo a acontecer nos últimos anos, já com este





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

Governo e também com o Governo anterior, em que se iniciou um processo de aumento das verbas das transferências do Orçamento de Estado para os Municípios; é um valor mais significativo e não podemos deixar de registar com agrado que isso aconteça.-----

-----Relativamente ao aumento face ao ano anterior tive oportunidade de dizê-lo na intervenção inicial, mas reforço, que esse aumento resulta sobretudo pelo facto do conjunto de candidaturas que fizemos. Também procurámos ser o mais transparentes e frontais possível, dizendo que há aqui um conjunto de investimentos previstos, que estão dependentes, para ser executados, da aprovação das candidaturas. Serão executados, se houver aprovação das candidaturas, não serão executados se não houver aprovação de candidaturas; julgo que estamos a ser o mais sérios possível.----

-----Relativamente à página 31, sobre as sociedades privadas, 4.059.967,00€, gostaria de explicar o seguinte: temos, todos os anos, no final do ano, um saldo da conta de gerência que transita para o ano seguinte e que não pode ser contabilizado no Orçamento, no momento em que ele é aprovado; é objecto depois de uma revisão, a sua integração no Orçamento. Esse valor, que tem ultrapassado sempre um milhão de euros, não aumenta a receita global, ou seja quando entra nas contas do Orçamento, reduz-se a receita que estava prevista; esse valor previsional está considerado nestes 4 milhões, e o que acontecerá, quando ele se concretizar a 1 de Janeiro, na Assembleia Municipal de Fevereiro teremos um aumento episódico da receita, por via deste saldo da conta de gerência; há uma redução deste valor de 4 milhões de euros correspondente a esse valor. É apenas antecipar, de alguma forma, o saldo da conta de gerência para não prejudicar o lançamento de concursos até à Assembleia Municipal em que se concretiza a Revisão do Orçamento. Por outro lado, o valor tem este ano uma dimensão ainda maior, porque pode haver a possibilidade de serem licenciados novos Parques Eólicos na região e, nessa perspectiva, tivemos que, previsionalmente, considerar uma verba para fazer face a essa possibilidade; vamos ver se se concretiza ou não, mas a explicação tem a ver com isto: por uma lado a possibilidade de haver parques eólicos, por outro lado uma previsão sobre aquilo que pode ser o saldo da conta de gerência considerado, desde já, na proposta de Orçamento para 2017.-----

-----Sobre a requalificação do espaço público urbano, temos atribuídos, no âmbito do nosso PARU, 1.068.000,00€, de FEDER; considerando um financiamento de 85% potenciará um investimento na ordem de 1.250.000,00€. Nessa perspectiva, era necessário fazer opções; nós considerámos que a requalificação do espaço público era e é muito importante para gerar outro tipo de atractividade ao coração de Arganil, sobretudo mais atractividade também para o comércio tradicional, considerando importantes também as intervenções que o Senhor Vereador referiu; acompanhamo-lo nessa importância. Considerámos também que a Casa das Colectividades era algo que também devia desenvolver-se, porque vai ser um importante instrumento de apoio às Associações arganilenses. Nesse contexto, porque neste momento não há mais dinheiro, poderá haver no futuro, essas intervenções que referiu, a par de outras, são perfeitamente exequíveis num quadro de um reforço de verbas para os Planos de Ação de Regeneração Urbana. Até porque há uma expectativa que no âmbito dos Planos estratégicos de desenvolvimento urbano para as 31 cidades da região centro, ou centros urbanos de nível superior, o conjunto de verbas disponíveis





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

seja mais que suficiente para suprir as necessidades dessas cidades e poder haver alguma canalização de verbas para os planos de ação de regeneração urbana e aí julgo que haverá essas condições. Deixar bem claro que relativamente ao momento em que aprovámos o projecto e o lançamento do concurso, uma vez que a candidatura estava submetida e previa aquela área de intervenção, não era possível já fazer esta alteração; poderá haver no futuro meios para concretizar essa e outras intervenções que aqui propôs.-----

-----Relativamente ao PROVERE, do Buy Nature, a Câmara Municipal, formalmente, não foi ainda chamada por este PROVERE, nem a nossa Câmara Municipal nem as outras que são percorridas pelo Rio Alva; no entanto, está afecta uma verba para o Rio Alva, no âmbito deste projecto, que será desenvolvido em parceria com a entidade gestora do Buy Nature e dos municípios. Temos apalavrada uma reunião para concretizar essa parceria e a razão porque não está aqui é porque ainda não há muitos dados objectivos relativamente a esta matéria.-----

-----Sobre o núcleo museológico de etnografia e arqueologia, começando pela etnografia, na impossibilidade de instalar na antiga Casa da Criança de Côja este núcleo museológico, pelas razões que são conhecidas, face à recusa da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, entendemos que não vamos proceder a uma mudança física deste núcleo museológico. Ele manter-se-á na Casa da Cultura Municipal, não no piso térreo, mas no primeiro piso. No piso térreo pretendemos instalar o núcleo museológico de arqueologia, porque esta matéria tem sido bastante discutida no concelho. O antigo Museu de arqueologia foi desactivado, as peças quando tomámos posse, encontravam-se num cofre bancário, fruto de um conjunto de divergências que existiu com o Professor Dr. Castro Nunes, e não deixamos de reiterar e concordar com algumas das medidas que o anterior Executivo camarário tomou relativamente a essa matéria, nomeadamente proteção deste importante espólio arqueológico, que está à responsabilidade da Câmara Municipal. Aquilo que pretendemos fazer é expor esse espólio e numa segunda fase procurar retomar o trabalho de escavações da Estação Arqueológica da Lomba do Canho, tendo inclusive um Protocolo com a Universidade de Coimbra e estando a trabalhar com uma das principais especialistas na matéria da Universidade de Coimbra e também do país, que é a Professora Dr.^a Conceição Lopes, nossa conterrânea. Também houve aqui algumas dificuldades, uma vez que a zona da Lomba do Canho estava um pouco afecta à Universidade de Lisboa e esta transferência dessa responsabilidade para a Universidade de Coimbra também não foi uma questão tão fácil de resolver quanto possa parecer.-----

-----Relativamente à Praia Fluvial da Peneda Talhada, mantém-se em aberto a possibilidade, aliás já houve conversas nesse contexto com a Junta de Freguesia das Secarias, de podermos fazer uma intervenção em conjunto, eventualmente através da celebração de um contrato programa, uma matéria que vamos aprofundar.-----

-----Relativamente à ciclovia do Alva, queria recordar que o Município, através de uma candidatura que fez, à ADXTUR, construiu o Centro de BTT e este Centro não inclui só o edifício, temos consciência de que há aspectos a melhorar, relativamente àquele equipamento, nomeadamente relativamente ao horário, mas inclui também 150 km de percursos pedestres e cicláveis e que estão implementados. Não é verdade que se possa dizer, que não houve nenhum investimento nos últimos anos neste





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

domínio, porque houve; há um Centro de BTT e há 150 km de percurso, incluídos nesse Centro de BTT, já para não falar dos caminhos históricos que foram desenvolvidos no Piódão ou os caminhos do xisto que já foram instalados em Vila Cova de Alva e para além da grande rota das aldeias históricas e da grande rota das aldeias do xisto, que pretendemos vir a terminar. Como o Senhor Vereador Miguel Ventura sabe, no Portugal 2020 são admissíveis os financiamentos de ciclovias, não para fins turísticos e de lazer mas que contribuam decisivamente para a redução das emissões de carbono.-----

-----Pólo Industrial da Relvinha julgo que já está esclarecido; importa aqui referir o investimento que a Câmara está a fazer e que resulta do esquecimento e do ostracismo a que o Governo em que participava o Dr. Paulo Campos votou o concelho de Arganil, relativamente à questão das redes de nova geração. A não inclusão de Arganil nas redes de nova geração fez com que as nossas empresas não pudessem ser tão competitivas como as outras, relativamente a um conjunto de matérias. Nessa perspectiva queria transmitir que foi por investimento da Câmara Municipal que hoje em dia a Zona Industrial da Relvinha está servida de rede de fibra óptica, já com alguns contratos assinados com o operador. Também é por iniciativa da Câmara Municipal que a Zona Industrial do Vale do Fojo vai ter muito em breve fibra óptica e pretendemos continuar este trabalho no sentido de dotar sobretudo a nossa economia local, dos melhores instrumentos para prosseguir o seu trabalho de desenvolvimento económico e de criação de riqueza.-----

-----Relativamente à ligação Foz d'Égua – limite do concelho, em tempos, Câmara Municipal de Arganil e Câmara Municipal de Seia, reunimos com a Senhora Presidente da CCDRC, porque pretendíamos apresentar uma candidatura intermunicipal no sentido de procurar requalificar as acessibilidades para tornar mais fácil a ligação da Serra da Estrela ao Piódão, porque sabemos que muito do turismo que afluí ao Piódão vem da Serra da Estrela. Foi-nos transmitido que não havia possibilidade de financiar, no quadro de fundos europeus, rodovias, aliás, como é do conhecimento público, e nessa perspectiva, face ao conjunto de meios disponíveis, era necessário fazer opções relativamente às acessibilidades. Considerámos que era prioritário intervir desde o limite do concelho até Foz d'Égua e criar zonas de cruzamento entre veículos de maior dimensão, uma vez que a estrada entre o Torno e o Piódão já está em bom estado e para além disso não temos as questões relacionadas com a neve, quando o inverno é mais rigoroso. Numa segunda prioridade a ligação Piódão – Chãs d'Égua – Foz d'Égua puder ser executada; houve uma opção de fasear estes investimentos, face aos montantes elevados que implicariam a resolução de todos os problemas.-----

-----Relativamente aos eventos automobilísticos, dissemos e mantemos que, relativamente ao Rali que se vai realizar no próximo dia 5 de Novembro, veremos como corre e faremos a nossa avaliação para ponderar, se faz ou não sentido avançar no próximo ano e de que forma. Por outro lado, temos também outros eventos previstos; posso desde já anunciar que teremos, a 21 de Janeiro de 2017, o Portugal Motosportawords, que são os "Óscares" do automobilismo português e que se vai realizar na antiga Cerâmica Arganilense, e estamos a estudar a possibilidade de outro tipo de eventos automobilísticos e daí termos deixado já esta verba prevista.-----

-----Relativamente à Serra do Açor, Associação de Desenvolvimento Regional, julgo que a verba é semelhante à do ano anterior; não há nenhuma alteração substancial.





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

-----Relativamente aos processos judiciais eles constam sempre dos instrumentos previsionais e da prestação de contas; há pelo menos dois momentos no ano em que há partilha dessa informação. Se houver alguma questão que o Senhor Vereador queira colocar, relativamente a qualquer um dos processos, temos toda a disponibilidade para esclarecer.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Vereador João Pedro Pimentel, três notas muito breves: a primeira é relativamente à questão das preocupações sociais; como disse há pouco, no nosso Orçamento as funções sociais predominam, face a todas as outras funções nas Grandes Opções do Plano; representam 53,44%. Há aqui algo que é importante referir, é que nós temos preocupações sociais mas temos que intervir sobretudo, e em primeiro lugar, naquilo que são as nossas competências e as nossas atribuições. Compreendo bem a sua intervenção e quero fazer aqui já uma declaração de interesses, relativamente àquilo que é o caminho que o Governo está a querer trilhar relativamente à área social, em contraste com aquilo que foi o caminho que o Governo anterior seguiu: quero dizer com toda a clareza que sou muito mais adepto de uma solução de descentralização e de transferência de competências na área social para as Autarquias, do que para as Instituições, por uma questão até de independência. Não foi esse o caminho que o Governo anterior trilhou, do qual eu discordo; o Governo, naquilo que tem sido o diálogo estabelecido, quer com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, quer com as próprias Comunidades Intermunicipais, tem definido um roteiro em que a descentralização poderá passar por uma transferência de competências na área social para as autarquias, nomeadamente ao nível do atendimento, o acompanhamento social, e até a atribuição do rendimento social de inserção. Isso parece-me um bom caminho, mas nós só poderemos exercer essas competências quando elas nos forem delegadas. Não me parece que seja o melhor caminho duplicarmos apoios, num tempo em que faltam recursos.-----

-----Relativamente ao Turismo, esta situação é sempre muito falada, mas situá-la-ia na seguinte forma: o concelho, nos últimos dez anos, duplicou a sua capacidade de alojamento e isso quer dizer que o concelho hoje é muito mais atractivo do que era há 10 anos atrás; não tenho nenhuma dúvida sobre isto. Naturalmente que essa atractividade foi construída muito através do investimento privado, é verdade, mas também por um esforço grande que foi feito pela nossa parte, em procurar dotar as infra-estruturas públicas das melhores condições; falamos de praias fluviais, falamos de zonas balneares, falamos de vias rodoviárias que aproximaram pontos de interesse; recordo-me dos acessos ao Piódão, do calcetamento da Mata da Margaraça, que foi feito pelo ICNF, e depois a ligação da Mata da Margaraça ao Monte Frio e poderia dar outros exemplos. Também, do ponto de vista imaterial, aquilo que se tem feito nos últimos tempos, nomeadamente a criação do Portal do Turismo, o Visit Arganil, e a criação de novos instrumentos de comunicação e de merchandising; falamos do novo Mapa Turístico, o Notebook, as canetas, as colheres de pau; um conjunto de exemplos que mostra bem o trabalho que tem sido desenvolvido nesse campo.-----

-----Relativamente à Cerâmica, já tivemos esta discussão várias vezes, respeito muito a opinião do Senhor Vereador João Pedro Pimentel, discordo dela, defendo o caminho que trilhámos e gostava de recordar que o Programa do PS de 2005, quando este caminho se iniciou, também previa uma requalificação da antiga Cerâmica





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

Arganilense. Parece-nos que este debate teve o seu tempo próprio, cada Partido tinha a sua opção, a nossa opção foi esta; quero recordar que há 10 anos atrás Arganil não tinha Piscina aquecida Municipal, não tínhamos um Auditório de média dimensão e ele foi construído. Julgo que aquilo que resulta da requalificação da antiga Cerâmica Arganilense, é claramente positivo, em benefício dos cidadãos de Arganil."-----

-----Pedi a palavra o Senhor **Vice-Presidente** para "reconhecer a apresentação muito exaustiva que foi feita pelo Senhor Presidente destes documentos e também os esclarecimentos que apresentou. Irei fazer alguns apontamentos relacionados com as questões que foram aqui suscitadas. O primeiro apontamento é para referir e sublinhar que temos visões diferentes, é normal na Democracia e é normal da própria essência humana, é natural que nestes fóruns existam perspectivas nalguns casos convergentes e noutros divergentes. Gostava particularmente de referir um aspecto, pelo que ouvi da intervenção do Senhor Vereador João Pedro Pimentel e do Senhor Presidente, um aspecto em que se regista uma clara convergência que tem a ver com a requalificação daquele troço que passa junto ao Hospital Condessa das Canas, o edifício do Centro de Saúde, edifício da Misericórdia, e acho que, e é um desafio que teremos todos, temos aqui alguma folga para podermos considerar esta circunstância; estamos a analisar um documento que reflecte uma previsão de investimento em termos de requalificação urbana e que prevê uma determinada dotação financeira. Esse é o nosso limite de intervenção. Mas também temos a notícia do dia, e a notícia do dia, boa, é que esta intervenção, as propostas que foram abertas hoje, da requalificação do espaço público, ficará algo abaixo do valor que está aqui referenciado e por isso acho que o desafio que temos e porque é um aspecto que naquilo que são as nossas opiniões me parece que existe convergência, acho que temos aqui alguma folga e agora importará, que do ponto de vista técnico se possa avaliar qual é o montante do investimento, a natureza da intervenção e podermos ver se conseguimos aqui esse desiderato; pessoalmente partilho precisamente o mesmo, concordo com a sua perspectiva que parece ficar uma intervenção relativamente "coxa" sem aquela continuidade e provavelmente será a situação mais crítica e relativamente à qual penso que valerá a pena fazer este esforço. Já que falamos de requalificação urbana, vale a pena e penso que isso foi um assunto também abordado pelo Senhor Vereador, a nível do que são as verbas comunitárias para a requalificação urbana, penso que já todos percebemos que existiu uma significativa injustiça na distribuição que foi operada; quando se fala em discriminação todos nós, pelo menos quem está nos territórios mais do interior, pensamos que ela terá que ser positiva, pois se é para ser negativa, mais vale não fazer nenhuma discriminação e aquilo que se verificou nesta matéria é uma situação quase escandalosa, que é termos os territórios das cidades, com investimentos per capita, muito superiores àqueles que são os investimentos per capita destinados aos territórios de menor densidade populacional como é o nosso caso. O primeiro problema começa aqui. O segundo problema e isso leva depois a um aspecto que o Senhor Presidente referiu e que ajuda a esclarecer a situação que o Senhor Vereador colocou, tem a ver com esta perspectiva do investimento ter que ser realizado nas sedes do concelho. Aquilo que acontece é que boa parte dos Municípios que estão nesta corrida da regeneração urbana, já beneficiaram em tempos relativamente recentes, de incentivos financeiros





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

para fazerem essa regeneração urbana e acaba por haver aqui uma redundância. No nosso caso, de facto, todos consideramos que o espaço urbano do núcleo histórico carece de intervenção; com menor ou maior envergadura impunha-se fazer esta intervenção, mas não tenho dúvidas nenhuma, e isso depois leva ao resultado que o Senhor Presidente referiu, que alguns Municípios não terão capacidade de executar o bolo financeiro que lhe estava destinado, porque, desculpem-me o termo, só se andarem a pintar de dourado, mesmo de ouro, aquilo que são os equipamentos colectivos, porque muito dificilmente, após uma intervenção de regeneração urbana, terão capacidade para esgotar essas verbas. Isto para dizer que também nós discordamos do princípio que foi estabelecido nos Regulamentos da requalificação urbana ser efectuada exclusivamente nas sedes do concelho. No nosso caso, concordamos que o núcleo central da vila de Côja era importante e era também um destino elementar; o próprio núcleo urbano de Vila Cova de Alva, então esse, claramente, é necessitado, mas há esta contingência, que não tem a ver com as decisões municipais mas sim com as perspectivas da Administração Central.-----

-----Queria também fazer outro apontamento que está relacionado com aquilo que aparentemente é um cenário positivo no que tem a ver com estas verbas que recebemos do Orçamento de Estado; de facto, regista-se uma melhoria a nível da contribuição que vem por via do Orçamento de Estado, mas quero recordar e isto é assunto que colocámos em cima da mesa, numa determinada fase, na mesa da anterior Ministra das Finanças e também já na mesa do actual Ministro das Finanças, quer num caso quer no outro, sem qualquer decisão compaginável com aquilo que é a justiça, e que são coisas que têm a ver com aquilo que são Caixa Geral de Aposentações, ADSE e IVA. Não posso deixar de me repetir em relação a esta matéria: penso que nenhum de nós poderá considerar razoável que ao mesmo tempo que tenhamos os Municípios a contribuir para a Caixa Geral de Aposentações com 23,75% das remunerações dos trabalhadores, a mesma taxa que qualquer empresa, o empresário mais bem sucedido e com maiores resultados líquidos do país, é exactamente a mesma taxa que contribui para o sistema da Segurança Social, são os 23,75% e depois tenhamos os Municípios a ter que pagar, se o funcionário fica em casa doente, o Município continua a pagar-lhe, se a senhora vai ter bebé o Município paga o parto, a licença de parentalidade o Município paga, as doenças profissionais o Município paga, a única coisa que o Município não paga é depois a aposentação; não faz sentido porque há um tratamento discriminatório negativo em relação aos Municípios e isto é uma injustiça que já sinalizámos a dois Ministros, e lamentavelmente, até ao momento, sem qualquer resposta minimamente razoável e aceitável.-----

-----O regime da ADSE é outro que também ninguém consegue entender, aliás isso foi apontamento que o próprio Tribunal de Contas também já efectuou salvo erro no ano de 2015, que é olharmos para a ADSE e vemos que é um organismo que é rentável, é excedentário, se a memória não me falha os números do Tribunal e Contas apontavam para um excedente de 400 milhões de euros, o que significa que aquilo que é a contribuição dos funcionários públicos é mais do que suficiente para financiar aquilo que é o retorno que depois têm em termos de contraprestação e é um disparate que depois naquilo que tem a ver com as despesas dos funcionários autárquicos, que pagam a mesma coisa que pagam os funcionários da administração





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

central, também aqui depois os Municípios sejam chamados a pagar a factura da ADSE. Esta é outra coisa que continua por resolver e que também neste Orçamento de Estado não está acautelada.-----

-----Por último, mas não menos importante, é a questão do IVA. Muito se falou desta matéria mas continuamos a ver os Municípios a suportar o IVA à taxa de 23% sobre a electricidade, que é um aspecto e um bem muito significativo, quando ainda há muito pouco tempo, era um produto que era taxado a uma taxa de 6%.-----

-----Queria lembrar que é certo que recuperámos, de 2016 para 2017, 200 mil euros, mas aquilo que é o impacto por via desta carga tributária que temos aqui acrescida, retirou-nos muito próximo de um milhão de euros por ano. Estamos a recuperar cerca de 200 mil, de cerca de um milhão; ainda está muito aquém daquilo que seria a justiça das coisas."-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **João Pedro Pimentel** para dizer que "na sequência da parte final da sua intervenção, e vou até prometer que, daqui até ao final do mandato, só falarei mais uma vez da Cerâmica, talvez numa das últimas reuniões. Só falo na Cerâmica porque me parece que ela teve algum impacto que não foi devidamente acautelado, como já tivemos oportunidade de referir; a sua opinião é totalmente contrária. Também um pequeno esclarecimento: não ponho em causa nada do que disse, relativamente a 2005, mas como disse na minha intervenção, e eu até tomei a liberdade de dizer aqui que esta é a minha posição pessoal, independentemente da força política que represento aqui, penso que nesse caso até poderia estar em causa a dimensão da intervenção; eu também não sou absolutamente contrário a que aquele empreendimento tivesse sido requalificado, parece-me que a forma como foi, a dimensão como foi é isso que nos separa e nos leva a esta divergência mas, como disse, espero não voltar a falar do assunto e prometo só falar mais uma vez até final do mandato."-----

-----Quero referir também, mais uma vez, a mágoa por um conjunto de circunstâncias que também não vale a pena aqui escarpelizarmos e debatermos novamente: ao fim de 11 anos de mandato deste Executivo, deixamos Arganil sem a requalificação do Teatro Alves Coelho e isso é uma mágoa para todos nós."-----

-----Pedi a palavra a Senhora Vereadora **Graça Lopes** referindo que "quando há pouco o Senhor Vereador João Pedro Pimentel disse que não temos feito um investimento nas pessoas e que não concretizámos algumas das propostas que apresentou, dizer que o Executivo que tem liderado os destinos do município ao longo dos últimos 11 anos, tem feito sempre uma aposta muito grande nas pessoas e isso vê-se pelo investimento que voltamos a ter com as funções sociais, que são os tais 53,44% do orçamento. Não apoiamos a pessoa em si, mas apoiamos todos e cada um, no seu conjunto, e o que fazemos é a melhoria dos espaços que recebem e servem as pessoas, nomeadamente as escolas, os serviços de saúde, entre outros; fizemos e vamos continuar a fazer a requalificação das escolas, colaborámos e vamos fazer a requalificação dos espaços de saúde, temos também prevista a construção do espaço turístico e de lazer da Albufeira das Fronhas; portanto, quando investimos nas pessoas, ficamos de consciência tranquila porque estamos a trabalhar para cada um; de facto, não temos apoios dirigidos à pessoa em si, mas existem outros serviços do





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

Estado que têm essa competência - como disse o Senhor Presidente, enquanto nós não a tivermos delegada não a poderemos executar e iríamos de certa forma duplicar esse apoio. Não concordo com aquilo que disse, acho que fazemos investimento nas pessoas, e são as pessoas o nosso fim, tudo o que lhe pudermos dar para que elas desenvolvam melhor as suas actividades, desenvolvam melhor os seus direitos e, de certa forma, também as capacitemos para que a sua vida do dia-a-dia seja melhor, acho que essa é uma função do Município e é isso que temos estado a fazer.”-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** dizendo que “obviamente que temos presente um quadro que está correcto, face àquilo que é a ordenação dos vários investimentos em conformidade com o POCAL, não estou muito por dentro da elaboração destes mapas, mas a própria forma como eles são apresentados, há aqui um conjunto de investimentos que se enquadram nas funções sociais, mas todos nós sabemos aquilo a que nos estamos a referir; o montante de 53,44%, nas funções sociais, inclui o ordenamento do território, com todas as intervenções das requalificações que acabámos de referir, com as intervenções dos PROVERE, com as intervenções na área do saneamento, na área do abastecimento de água, entre outras. Como disse o Senhor Vereador João Pedro Pimentel, obviamente que todos estes investimentos têm impacto na qualidade de vida das pessoas, e temos consciência disso, mas não nos estamos a referir a isso e a Senhora Vereadora agora referiu um conjunto de apoios indirectos; o que queremos evidenciar é a falta de um conjunto de regulamentos, de um conjunto de atribuições e de um conjunto de iniciativas, que a própria Câmara poderia executar. Poderia e deveria ser mais pró-activa nesta matéria; temos inúmeros exemplos nos Municípios vizinhos, pois todos eles têm um conjunto de apoios seja às pessoas mais idosas, seja à comunidade imigrante, seja aos estudantes, que no fundo é um sinal da própria Câmara dizendo que está ao lado dessas pessoas e num momento de crise como aquele que ainda atravessamos, em que existem muitas famílias com dificuldades, entendemos que tal não duplica as intervenções e os apoios; pelo contrário, julgamos que é complementar e que devem ser complementadas essas mesmas intervenções, porque foi sempre essa a lógica das propostas que aqui trouxemos. Todos sabemos ao que nos estamos a referir, agora quem ouve dizer que para as funções sociais são 53%, técnica e contabilisticamente são, porque nestas funções sociais está um conjunto de intervenções que, embora tenham um impacto directo na qualidade de vida das pessoas, têm mais a ver com obras e intervenções físicas do que propriamente apoios direccionados para públicos específicos e para a resolução de problemas marcadamente sociais, como foram as propostas que aqui trouxemos e que julgamos importantes no sentido de promover a coesão social de todo o nosso território. -----

-----O Senhor Presidente comparou a proposta de intervenção na Cerâmica que o PS em 2005 tinha no seu programa eleitoral, mas nós não estava lá inscrita a construção de nenhum Auditório. Acho que todos e também já aqui falámos muitas vezes, todos estamos de acordo que aquele edifício necessitava de ser recuperado, mas há ali um conjunto de intervenções que vieram duplicar e vieram justificar a não intervenção noutros espaços, nomeadamente no Teatro Alves Coelho; repito que se o investimento que foi feito naquele Auditório se tivesse sido feito na requalificação do Teatro Alves Coelho, se calhar hoje tínhamos na mesma um auditório em Arganil e





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

tínhamos o Teatro a funcionar em toda a sua plenitude, porque o Auditório da Cerâmica neste momento está fechado há 3 meses para recuperação e não se sabe quando é que vai abrir. Hoje é que não temos mesmo nada.-----

-----Há pouco não questionei, mas questiono agora, porque há aqui uma referência no Relatório do Orçamento, gostaria de saber quantos apoios é que já foram atribuídos, ou quantos empresários é que já beneficiaram do Programa Arganil Investe +.-----

-----Há aqui outra intervenção que eu reputo de importante e esta minha opinião deve ser entendida apenas como reflexão; está inscrita nas GOP uma beneficiação da ligação Côja e o IC6 que é necessária, mas qual será o impacto que a mesma trará em termos da coesão territorial do concelho. Unanimemente, reconhecemos a necessidade urgente de intervenção na Estrada Nacional 342, entre Arganil, Côja e Avô, até à E.N. 230; já foi aprovada uma moção na Assembleia Municipal por unanimidade e todos nós aqui estamos imbuídos no mesmo espírito de que essa intervenção é fundamental para aproximar sobretudo os dois maiores aglomerados urbanos do concelho, Arganil e Côja. Esta intervenção entre Côja e o IC6, que volto a dizer que é necessária, sem ser acompanhada da requalificação da EN 342, que impactos é que poderá trazer? Hoje já verificamos que é muito mais fácil para as pessoas de Côja e do alto concelho procurarem os concelhos vizinhos, nomeadamente o concelho de Tábua, para as suas compras, para o seu dia-a-dia, e com esta melhoria da via que vai aproximar o IC6 e aproximar também toda essa zona do concelho à sede do distrito, que é importante, mas poderá afastar ainda mais as pessoas da sede do concelho sem que se vislumbre uma solução para a EN 342, entre Arganil e Côja. Julgo que o facto de estar aqui esta intervenção, deve ser também utilizada para reforçar a necessidade da requalificação na EN 342, entre Arganil e Côja, sob pena de estarmos a agravar mais as assimetrias que já hoje existem dentro do nosso concelho e afastar os dois maiores aglomerados populacionais do nosso concelho."-----

-----Pedi a palavra a Senhora Vereadora **Paula Dinis** dizendo que "estava a ouvir as diversas intervenções e a lembrar-me de um estudo que vi há poucos dias, de uma empresa consultora, que classificou o Município de Arganil numa determinada posição; é certo que um ranking é um ranking, todos sabemos, mas de qualquer modo compara valores e dentro do quadro nacional de 308 municípios, Arganil está classificado precisamente no meio da tabela. Isto é um factor que vem corroborar, mais uma vez, a boa política que tem sido gerida por este Executivo, desde há 11 anos atrás, isto porque na região, Arganil está na décima posição, o único concelho limítrofe comparável é Pampilhosa da Serra e todos sabemos as possibilidades que Pampilhosa da Serra tem, que tem outras capacidades que Arganil não tem. Isto só vem demonstrar que em várias dimensões que esse estudo classifica, nomeadamente no social, ambiente, produtividade, infra-estruturas, talento; só queria realçar que na área social classifica-nos em 97º lugar; acho que estes números vêm contradizer aquilo que têm estado aqui a debater e vêm corroborar as boas opções que temos tomado até aqui.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Vereador Miguel Ventura, sobre a EN 342, realmente é difícil colocarmos na balança as prioridades e que estrada é melhor





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

para entrar ou para sair, e diz muito bem; nós preocupamo-nos com as nossas estradas e gostávamos que o Estado se preocupasse com as suas estradas por isso talvez seja uma forma de os pressionar a verem a questão de outra forma.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** dizendo que “ainda relativamente à questão social, gostaria de referir, porque essa é competência da Câmara, o que fazemos em matéria de ação social escolar, nomeadamente ao nível do apoio às refeições, aos livros escolares, e aos transportes escolares; quero recordar que mais de 50% dos alunos de nosso concelho são apoiados nas refeições e nos livros escolares e relativamente aos transportes são 100% dos alunos. Estendemos, há uns anos atrás, a gratuidade dos transportes escolares do 10º ao 12º ano, que era uma obrigação do Município. Há um valor muito grande investido nas escolas que depois é complementado com outras ações, como a intervenção da requalificação da EB1 e Jardim de Infância do Sarzedo, e ainda recentemente levámos quadros interactivos a duas escolas que não tinham, nomeadamente a escola de Pomares e a de Pombeiro da Beira. Há um esforço permanente da autarquia, no cumprimento daquilo que são as suas atribuições e competências.”-----

-----Relativamente ao Teatro Alves Coelho, quero dizer que gostaria muito, quando deixar funções na Câmara Municipal, que o Teatro estivesse recuperado e o Senhor Vereador Miguel Ventura há pouco dizia que há obras no Auditório da Cerâmica; há obras de correção de anomalias que existiam provocadas pelas condensações da piscina, mas essas obras estão em fase de conclusão. Mas quando diz que não construía um Auditório na Cerâmica, era o que mais faltava, Senhor Vereador! Os Senhores fecharam o Teatro; quem fechou o Teatro foi o Partido Socialista, em 2002! Não foi o PSD; quem fechou o Teatro Alves Coelho ao público foi o Partido Socialista, o Eng.º Rui Silva enquanto Presidente da Câmara, em Dezembro de 2002. Sobre essa matéria somos absolutamente transparentes. Julgo eu que era o que mais faltava proporem construir enfim, mas enfim, já se pode acreditar em tudo. A verdade nua e crua é esta: a Santa Casa da Misericórdia quis, o Tribunal decidiu, e a Câmara cumpriu e nada mais há a dizer sobre essa questão.”-----

-----Sobre o programa Arganil Investe +, como sabe o programa é recente e está previsto que os apoios sejam aprovados em reunião da Câmara Municipal, portanto, ainda não houve atribuição de nenhum apoio nesse domínio.”-----

-----EN 342: julgo que a inclusão desta intervenção, IC6 – Côja tem um sinal muito claro: é que a Câmara Municipal de Arganil e a Câmara Municipal de Tábua fazem aquilo que lhes compete em matéria de rede viária e desejamos que o Governo faça também aquilo que lhe compete em matéria de rede viária; falamos concretamente da EN 342, da requalificação da EN 17 e do prolongamento do IC6 até Oliveira do Hospital, com quem somos absolutamente solidários nesta matéria.”-----

-----Ainda sobre a EN 342, havia um planeamento que estava definido e que o Senhor Ministro de então, Miguel Poiars Maduro anunciou no feriado municipal de 2015, que não foi cumprido, nomeadamente pelo atraso na elaboração do projecto. Esperamos que, reconhecendo as infra-estruturas de Portugal, que o estado em que se encontra a EN 342 é dos mais lamentáveis que existem no país, que o Governo seja consequente e que, no mínimo, no início de 2017, lance o concurso para a empreitada. É isso que esperamos. Volto a dizer aquilo que já referi noutros fóruns:





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

tenho a certeza que, se o Governo anterior se tivesse mantido em funções, esta obra já se tinha iniciado.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Vice-Presidente** dizendo que “não vou cometer a ousadia de dizer que será a última vez que vou falar da Cerâmica, mas registo a subtileza como falou do assunto, que acho que é uma forma simpática de colocar o mesmo. Queria dizer que acho que será um problema de comunicação, e eu, nesta matéria em concreto, porque tenho acesso à informação, assumo a minha dose de responsabilidade. Penso que era unânime, e eu ia colocar as coisas nestes termos por facilidade de interpretação de nós todos; penso que somos unânimes no sentido de entender que o concelho deve ter uma piscina aquecida, não há dúvidas em relação a isso. Esse é o módulo A daquele empreendimento; acho que o exercício que temos que fazer é na próxima reunião trazermos em relação ao módulo A qual foi o investimento, qual foi o valor elegível, qual foi a comparticipação e qual foi a alocação de fundos comunitários. Temos depois o Bloco C, que é o edifício da antiga Cerâmica Arganilense; todos reconhecemos que foi uma intervenção minimalista, porque o foi. Parece-me também que é consensual de todos que o edifício nem que fosse para não acabar de desmoronar aquilo que é o único marco da arqueologia industrial do concelho, se pudesse manter; penso que é unânime; o exercício que temos que fazer é investimento, valor elegível, comparticipação, e esforço do orçamento municipal. O que sobra será aquilo que no fundo é a razão da nossa divergência, que é o Bloco B; aqui o exercício também é simples, é exactamente o mesmo exercício: investimento, comparticipação, esforço municipal e vamos todos chegar à conclusão que aquilo que foi o esforço municipal no Bloco B foi um esforço relativamente residual, portanto parece-me que com isso esclarecido - e aqui assumo também eu a minha responsabilidade na falta de comunicação destas grandezas. Os números ficarão claros e talvez existam menos divergências relativamente a um assunto que, estou a ver, é relativamente consensual naquilo que são os aspectos mais pertinentes.----

-----Queria também fazer um apontamento porque é recorrente andarmos a esgrimir argumentos em volta do mesmo assunto, e quando ele anteriormente aqui foi falado eu próprio referi que ia também recolher opinião de alguém que trabalhasse mais concretamente nesta matéria, e refiro-me naquilo que tem a ver com a ação social no ensino superior; tive oportunidade de reunir com um a responsável dos serviços de ação social da Universidade de Coimbra e fiquei esclarecido e fiquei de certa maneira satisfeito porque há uma confirmação relativamente àquilo que tem sido o nosso entendimento relativamente a esta matéria. Vale a pena recordar que, em relação à ação social do ensino superior existe um quadro normativo que é aplicável a todas as instituições do ensino superior, onde estão estabelecidas as regras de acesso, captações, tudo o mais; não há nenhum aluno do ensino superior que reúna os requisitos que não tenha acesso a este instrumento. É claro que, e aqui já é a ação reactiva por parte, neste caso da Universidade de Coimbra, e aquilo que me disseram é que é uma atitude que acontece na maior parte dos estabelecimentos do superior, pode, de facto, no percurso, existir um acidente, ou seja, num agregado familiar se um dos elementos entretanto fica desempregado, se há uma doença, há uma situação imprevista e que pode não ter sido contemplada. Para situações desta natureza, ou outras, que justifiquem uma resposta mais assertiva ao caso em concreto, a própria





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

Universidade tem um instrumento que é o fundo de emergência social que serve para dar resposta a este tipo de circunstância. E depois, fazendo jus a uma máxima que também é nossa, que basicamente tem a ver com o dar a cana e ensinar a pescar, em vez de dar o peixe, e que a Universidade também pratica, até porque tem essa obrigação também, em termos de pedagogia e em termos de formação, quando tudo o resto não é suficiente, a própria Universidade tem um sistema complementar, em que os alunos que estão nessa circunstância, a necessitar de uma situação extraordinária de apoio, prestam 4 horas de serviço por dia, no refeitório ou noutro serviço que seja da superintendência da Universidade e tem uma contraprestação de volta. Aquilo que me foi dito muito claramente em relação a esta matéria é que não há grande justificação para ter respostas redundantes relativamente ao mesmo assunto.-----

-----Em relação à questão da ligação de Côja ao IC6, penso que ficou claro que não estamos a falar de aproximar distâncias; estamos a falar de reabilitar a estrada no sentido de não deixar que ela fique como a EN 342; estamos a falar de manter aquela via em boas condições de circulação e isso significa nalguns troços a necessidade de pavimentação, noutros outro tipo de soluções, para impedir que a estrada se degrade, porque dum ponto ao outro, apresenta já sinais de precisar de intervenção.”-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **João Pedro Pimentel** dizendo que “se o Senhor Vice-Presidente trazer a discussão para a próxima reunião sobre a Cerâmica, eu terei que falar mais uma vez, com todo o gosto.-----

-----Apenas duas notas, pois há pouco penso que não falei nisso: deixava aqui um apelo, já que este ano, mais uma vez, a Câmara Municipal não dinamizou a questão dos orçamentos participativos, acho que era uma questão que tem muito a ver com a participação, com o envolvimento, com o acreditar das pessoas nas instituições; pela comunicação social tenho acompanhado isso e vejo que há cada vez um número maior de Municípios que dinamizam os orçamentos participativos e acho que era uma questão a ver no futuro porque acho que é um mecanismo de reciprocidade e de participação e envolvimento da comunidade nos seus destinos, e já propusemos isso várias vezes, não está nas mãos dos Vereadores da Oposição, é também com legitimidade uma decisão da maioria, mas não me canso de enfatizar que me pareceria importante que o Orçamento participativo entrasse na ordem de prioridades ou pelo menos de preocupações deste Executivo.-----

-----Em relação ao Teatro Alves Coelho, atrevo-me a dizer que se voltarmos a discutir a Cerâmica, voltaremos a discutir o Teatro Alves Coelho. Também aqui temos profundas divergências; quero realçar que são onze anos de mandato, neste momento, e quem teve o destino do concelho a este nível foi este Executivo e portanto é este Executivo que, naquilo que lhe concerne, e eu sei bem que a responsabilidade não é apenas e só deste Executivo, há outros intervenientes, outros participantes neste processo complexo, e que penso que apesar daquele frase do Senhor Presidente que já ouvi duas ou três vezes, que a Santa Casa quis, a justiça decidiu, a Câmara concordou, mas é uma síntese do que se passou, se isso se tivesse passado só há 3 meses, mas há um passado e tenho a certeza que a Câmara também se preocupa com isso porque não há nenhum arganilense que não se preocupe com isso e eu faço aquilo que tenho dito nos últimos meses, nos últimos anos, um apelo a





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

quem tem responsabilidades aos mais diversos níveis que tente resolver a situação; acho que caminhamos para um beco sem saída no Teatro Alves Coelho; é a minha percepção. Falámos nisto aqui variadíssimas vezes, o Presidente da Câmara deu explicações ao longo deste mandato sobre a não possibilidade de candidaturas para que houvesse uma requalificação do Teatro Alves Coelho, sei que as obras e a requalificação são de monta, mas sei que quando a Câmara Municipal tinha nas suas mãos alguma responsabilidade em resolver a situação, penso que o assunto podia ter seguido outras vias, é isso que nos separa, mas apesar do problema aparentemente estar nas mãos da Santa Casa da Misericórdia, acho que a Câmara Municipal não deixa de ter a condução política da macro-política do concelho de Arganil; tem sempre uma palavra de diálogo, de falar com as instituições, de procurar uma solução. É esta nota que aqui deixo, mais uma vez.”-----

-----Pedi a palavra o Senhor Vereador **Miguel Ventura** para fazer “uma intervenção rápida, até porque a reunião já vai longa e já nos estamos a repetir, face àquilo que são exposições e intervenções que, ao longo deste mandato, temos vindo aqui a propor.-----

-----Quando o Teatro Alves Coelho foi encerrado não estava sob a responsabilidade da Câmara Municipal, mas sim da Santa Casa da Misericórdia, que, por acaso, coincidiu com o período em que a Câmara Municipal era gerida pelo Partido Socialista, mas quem tinha a total e única responsabilidade de gestão desse equipamento naquela altura era a Santa Casa da Misericórdia que, passados alguns anos, encetou conversações com o Município, já na gestão do PSD, pelo que em 2008 foi assinado o contrato que não foi cumprido, pelo Executivo do PSD, até ao final de 2013.-----

-----Relativamente às estradas, não estou contra a intervenção na ligação entre Côja e IC6 e acho que se deve intervir preventivamente para não deixar agravar o estado da via, apenas lancei a reflexão de que talvez este possa ser mais um motivo para que se pressione a empresa Infra-estruturas de Portugal no sentido de concretizar a EN 342. Senhor Presidente, eu sou optimista e tenho esperança neste Governo, pois todas as intervenções na rede viária da nossa região só foram executadas quando o PS esteve no Governo Central; vamos ter esperança que a EN 342 vá efectivamente ser uma realidade em breve como todos esperamos e como todos desejamos.-----

-----Relativamente à intervenção social à população mais vulnerável, se o concelho está tão bem, tão bem nesta área, não percebo como é que se atribuem todos os projectos de intervenção social ao concelho de Arganil e os concelhos vizinhos não têm indicadores para deles beneficiar; temos a RLIS, temos o CLDS4G, as Cantinas Sociais, tivemos Progrid e o CLDS da anterior geração, tivemos todos esses projectos e para concelhos vizinhos hoje, dizem que já não se justificam esses projectos e não os atribuem e a Arganil continua a beneficiar desses projectos, pelo que parece existir uma contradição face ao que os Senhores referem. Eu sou a favor dos projectos, se houver essa possibilidade, no sentido de se ter uma intervenção mais forte junto das pessoas que mais necessitam. Agora se os projectos vêm para Arganil, é porque as entidades gestoras reconhecem que há necessidade dessa mesma intervenção.-----

-----O Senhor Vice-Presidente referiu que teve esse contacto com a Universidade de Coimbra, não ponho em causa nada daquilo que transmitiu, mas considero que, ao invés de “se mandarem” e peço desculpa pela expressão, os estudantes de Arganil





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

lavar pratos para as cantinas, devemos ter uma consciência solidária mais forte e evitar isso aconteça com os nossos jovens, pelo que, insisto, o Município deve ter uma postura mais activa, para que os estudantes possam ter uma vida académica mais digna e sintam que o seu Município está junto deles, a ajudá-los a superar algumas dificuldades que as suas famílias possam ter e cujo esforço e vontade de dar um melhor futuro aos seus filhos deve merecer um maior respeito da nossa parte.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** referindo ainda que “sobre esta penúltima intervenção do Senhor Vereador Miguel Ventura, de facto, por mais criatividade que tivesse, justificar a atribuição a Arganil de dois projectos de natureza social, com base naquilo que estava a dizer, é uma criatividade muito acentuada que não queria deixar de registar. Coimbra e Figueira da Foz têm e depois no restante distrito tem Arganil e Cantanhede; três cidades e o concelho de Arganil. É a sua leitura, que é um pouco distorcida da realidade, mas enfim, não vou dizer mais nada sobre isso.”-----

-----Sobre as estradas, o Senhor Vereador anda com uma memória muito selectiva, recomendo memofante, que normalmente resolve esse problema.”-----

-----O Senhor **Vice-Presidente** referiu ainda que “não posso deixar de responder às considerações que fez: a mim sempre me ensinaram que qualquer trabalho é digno, independentemente de ser a lavar pratos, a limpar o chão, ou ser no gabinete mais luxuoso do concelho; não acho que isso seja indignificante; trabalhar é digno.”-----

-----PRIMEIRO: GOP - Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais Relevantes para o ano de 2017. Apreciação e votação.-----

-----Presente um exemplar do Plano acima referido, que se dá por reproduzido e que, depois de rubricado, vai ser arquivado na Secção Financeira.-----

-----Nele se consigna, nomeadamente, que o total das Grandes Opções do Plano previstas para o próximo ano ascende a 16.499.632,00€.”-----

-----Terminada que foi a análise do Plano Plurianual de Investimentos para o Ano Financeiro de 2017, deliberou-se, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores Eduardo Miguel Duarte Ventura e João Pedro Travassos de Carvalho Pimentel, aprová-lo e submetê-lo à apreciação e aprovação da digna Assembleia Municipal.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-----

-----SEGUNDO: Orçamento de Receita e Despesa e Mapa de Pessoal para o ano de 2017. Apreciação e votação.-----

-----Presente um exemplar do Orçamento acima referido, acompanhado de memória descritiva e justificativa, que se dão por reproduzidos e que, depois de rubricados, vão ser arquivados na Secção Financeira.-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

-----Nele se consigna, nomeadamente, que se estima o montante total de receitas em 22.001.019,00€, sendo 12.022.045,00€ de receitas correntes e 9.978.974,00€ de capital e o montante das despesas em 22.001.019,00€, sendo 9.569.237,00€ de despesas correntes e 12.431.782,00€ de capital.-----

-----Terminada que foi a análise do Orçamento do Município para o Ano Financeiro de 2017, bem como do respectivo mapa de pessoal que o acompanhava nos termos do nº 2 do art. 4 da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, deliberou-se, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores Eduardo Miguel Duarte Ventura e João Pedro Travassos de Carvalho Pimentel, aprová-lo e submetê-lo à apreciação e aprovação da digna Assembleia Municipal.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-----

-----Os **Senhores Vereadores do Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto:**-----

-----Com o aproximar do final deste ciclo autárquico, estamos perante os últimos documentos previsionais da responsabilidade do actual Executivo Municipal.-----

-----Não podemos deixar de evidenciar que ao longo deste mandato, os Vereadores do PS nunca tenham sido chamados pela maioria para contribuir com as suas propostas.-----

-----Também fomos eleitos e também temos responsabilidades. E assumimo-las!-----

-----Por isso, ao longo do mandato, apresentámos várias propostas concretas, fundamentadas, quantificadas que contribuiriam para a melhoria da qualidade de vida dos Arganilenses. Lamentamos profundamente que nunca tenham merecido qualquer acolhimento por parte da maioria.-----

-----Tal é demonstrativo da dificuldade que o PSD tem em ouvir outras opiniões e promover uma cultura mais democrática e participativa dos cidadãos na vida autárquica.--

-----É, com certeza, esta a razão para que o nosso Concelho seja dos únicos na nossa Região que não tem implementado o Orçamento Participativo, que temos vindo a defender desde 2009!-----

-----Após a análise possível do Relatório do Orçamento para 2017, verificamos que estamos perante uma proposta de continuidade, sem novidades, a não ser a forte influência exercida pela proximidade das eleições autárquicas de 2017. Ou seja, este é um orçamento com grande pendor eleitoralista.-----

-----Com efeito, só ao fim de 11 anos a Maioria do PSD se propõe a concretizar alguns investimentos essenciais para os Arganilenses, como sejam as redes de saneamento e de águas ou a rede viária municipal que foram secundarizados face às avultadas intervenções executadas em anteriores mandatos, cujo contributo para o bem-estar dos cidadãos é cada vez mais questionável.-----

-----Como sempre afirmámos, a reabilitação da Cerâmica Arganilense, da forma como foi implementada, afectou seriamente o futuro do Concelho, e tal é agora evidente e inquestionável.-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

-----Não podemos deixar de referir a nova atitude do Governo do PS para com o Poder Local, reconhecendo a sua importância através do reforço das transferências do Estado em 3,2%, o maior aumento dos últimos 8 anos.-----

-----Por outro lado, o Governo do PS ao conferir uma nova dinâmica à execução do Portugal 2020, abriu a oportunidade para que os Municípios pudessem apresentar as suas candidaturas aos fundos comunitários. Cerca de 48% das receitas de capital previstas para 2017, têm origem nos apoios do Portugal 2020. Fazemos votos que estes apoios sejam executados.-----

-----Este é um orçamento eleitoralista e ilusório porquanto continua a prever receitas significativas em rubricas que têm tido uma execução igual a zero nos últimos anos. É o caso das receitas de capital com origem em Sociedades privadas que prevê um encaixe de 4 milhões de euros, aspecto demonstrativo de um documento que não traduz rigor e seriedade.-----

-----No que se refere às Grandes Opções do Plano e não obstante estarmos de acordo com algumas das intervenções preconizadas, por exemplo ao nível da acção social escolar, do saneamento, das águas e da rede viária, este não é o nosso orçamento.-----

-----Os estudantes do Ensino Superior oriundos de famílias carenciadas continuam a não beneficiar de uma bolsa atribuída pelo seu Município, que minimize o esforço que têm de efectuar. Arganil é o único Concelho da Região onde tal acontece, apesar dos Vereadores do PS terem proposto a criação de um Regulamento!-----

-----A acção social exclui o apoio a uma população relevante no Concelho, os mais idosos, sendo que o Município não concede qualquer apoio para a actividade desenvolvida pelas IPSS. Perante o isolamento geográfico em que se encontram muitas pessoas, não foi dada continuidade ao projecto de teleassistência ao domicílio, após concluído o anterior CLDS. Também nestas matérias o PS apresentou contributos, nunca aceites!

-----Consideramos redutor que o projecto de requalificação urbana de Arganil não permita a recuperação de algum património edificado de responsabilidade municipal, como é o caso do edifício recentemente demolido, junto à Praça Simões Dias ou a beneficiação das Ruas Condessa das Canas e Comendador Cruz Pereira.-----

-----Ao nível do Turismo, praias fluviais como a Peneda Talhada ou a reabilitação da Lomba do Canho, não fazem parte das intenções do Município para 2017, continuando assim ao abandono! Também a antiga proposta do PS para criação de uma ciclovía no vale do Alva, nunca mereceu a devida atenção.-----

-----Quanto ao Museu do Rali previsto desde 2014, sentimos que o entusiasmo de outros tempos esmoreceu, pelo que a sua concretização pode estar em causa. Qual a alternativa se tal ocorrer? Responda quem souber.-----

-----Registamos como positivo o investimento na requalificação da Zona Industrial da Relvinha, pelo que a bem de quem aí investiu e trabalha esperamos que o mesmo seja uma realidade. No entanto, não podemos deixar de evidenciar o facto de que existem outras áreas de acolhimento empresarial no Concelho que continuam desprezadas.-----

-----Por último, uma referência para a Ponte da Baralha. Esta é uma intervenção que ganhou lugar cativo nos orçamentos municipais desde há muitos anos, pelo que este é o melhor exemplo que confirma as enormes expectativas que são criadas por esta proposta





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

de Orçamento junto das populações, quanto à concretização de investimentos que há muito aguardam.-----

-----É este efeito de ilusão que faz jeito em ano eleitoral!-----

-----Pelos motivos expostos e pelas distintas prioridades políticas que defendemos quanto ao desenvolvimento do Concelho, os Vereadores do PS votam contra a proposta das GOP e Orçamento para 2017, apresentada pela maioria PSD na Câmara Municipal de Arganil.-----

-----Arganil, 28 de Outubro de 2016-----

Os Vereadores do PS,
Miguel Ventura e João Pedro Pimentel

Capítulo Segundo

Requerimentos Diversos

-----**PRIMEIRO:** Da **Águas do Centro Litoral, empreitada de Abastecimento de Água de Arganil – SAA Alagoa/Feijoa – ETA, Condutas e Reservatórios.**
Emissão de Parecer Prévio Não Vinculativo.-----

-----Presente o parecer datado de 24/10/2016, do Técnico Superior Pedro Simões, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----DEPOIS DE ANALISADO O PEDIDO CUMPRE-ME INFORMAR QUE:-----

-----O requerente, Águas do Centro Litoral, veio por meio de ofício com registo de entrada, nº130336 datado de 19 de Outubro de 2016, dar entrada de pedido de apreciação de projeto de execução de rede abastecimento de água de Arganil, pretensão enquadrada na alínea b) do n.º1 do art.º7 do RJUE, na sua atual redação.-----

-----O presente parecer será elaborado ao abrigo do n.º2 do art.º7 do RJUE, na sua atual redação, pelo que o presente não se reveste de carácter vinculativo.-----

-----A informação recai sobre o traçado a vermelho, dado tratar-se das infra-estruturas a construir.-----

-----Assim:-----

-----Toda a intervenção que será efetuada é considerada Obras de Urbanização, isto é, são "obras de criação e remodelação de infra-estruturas destinadas a servir diretamente os espaços urbanos ou as edificações, designadamente arruamentos viários e pedonais, redes de esgotos e de abastecimento de água, eletricidade, gás e telecomunicações, e ainda espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva", de acordo com a alínea h) do art.2º do RJUE, na sua atual redação, que no presente caso é respeitante à rede de abastecimento de água.-----

-----Apreciação do projeto – nº 1 do art.20º do RJUE: -----

-----Traçado I – Execução de conduta elevatória de adução ao reservatório de Arganil II (ETA DE ALAGOA – RES. ARGANIL II) – FASE 2-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL

CÂMARA MUNICIPAL

-----A pretensão encontra-se inserida na classe de solo urbano, nas categorias funcionais de espaço residencial, espaço de uso especial – Equipamentos, espaço central, bem como na classe de solo rural, nas categorias funcionais de espaço agrícola de produção e espaço florestal de produção.-----

-----Quanto à localização face às restrições de utilidade pública: Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN) encontra-se parcialmente condicionada por RAN e REN – Áreas com risco de erosão, áreas máxima infiltração, zonas ameaçadas pelas cheias. Deverá ser solicitado parecer à ERRAN e CCDR'C.-----

-----Mais se informa que a pretensão cruza parcialmente a Zona de Proteção de 50m do Pelourinho de Arganil, bem como património arqueológico, caracterizado por Paço grande e Paço Pequeno – mina (CNS 17004) e Castelo (CNS 17006).-----

-----Assim, qualquer intervenção a desenvolver nas zonas descritas deverá ser solicitado parecer à DRC'C.-----

-----Também se verifica que a intervenção atravessa a faixa de proteção dos 1300m do nó da Variante EN342. Assim, é necessário que a Infra-estruturas de Portugal (IP) se pronuncie.-----

-----Alerta-se que a pretensão transpõe várias linhas de água. Deverá ser solicitado parecer à APA.-----

-----Traçado II – Execução de conduta elevatória da ETA da Alagoa para o reservatório de Secarias (ETA DE ALAGOA – RES. SECARIAS)-----

-----A pretensão encontra-se inserida na classe de solo urbano, nas categorias funcionais de espaço residencial e espaço de baixa densidade, bem como na classe de solo rural, nas categorias funcionais de espaço agrícola de produção, espaço florestal de produção e aglomerado rural.-----

-----Quanto à localização face às restrições de utilidade pública: Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN) encontra-se parcialmente condicionada por RAN e REN – Áreas com risco de erosão, áreas máxima infiltração, zonas ameaçadas pelas cheias. Deverá ser solicitado parecer à ERRAN e CCDR'C.-----

-----O presente traçado não transpõe qualquer faixa de proteção do sistema Patrimonial.-----

-----Também se verifica que a intervenção atravessa a faixa de proteção dos 1300m do nó da Variante EN342 e a EN342.-----

-----Assim, é necessário que a Infra-estruturas de Portugal (IP) se pronuncie.-----

Alerta-se que a pretensão transpõe várias linhas de água. Deverá ser solicitado parecer à APA.-----

-----Traçado III – Execução de conduta elevatória da ETA da Alagoa para o reservatório de Sarzedo e para o reservatório do Feijoal (ETA DE ALAGOA – RES. SARZEDO – RES. FEIJOAL)-----

-----A pretensão encontra-se inserida na classe de solo urbano, na categoria funcional de espaço residencial, bem como na classe de solo rural, nas categorias funcionais de espaço agrícola de produção, espaço florestal de produção e aglomerado rural.-----

-----Quanto à localização face às restrições de utilidade pública: Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN) encontra-se parcialmente condicionada por RAN e REN – Áreas com risco de erosão, áreas máxima





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

infiltração, zonas ameaçadas pelas cheias, albufeiras, faixa de proteção às albufeiras.-----

-----Deverá ser solicitado parecer à ERRAN e CCDR'C.-----

-----O presente traçado não transpõe qualquer faixa de proteção do sistema Patrimonial.-----

Também se verifica que a intervenção atravessa a faixa de proteção dos 1300m do nó e faixa de proteção de 200m da Variante EN342, assim como a EN342-4. Deste modo, a Infra-estruturas de Portugal (IP) deverá pronunciar-se.-----

-----Alerta-se que a pretensão cruza várias linhas de água. Deverá ser solicitado parecer à APA.-----

-----Edificado I –ETA da Alagoa-----

-----O prédio objeto da presente pretensão encontra-se inserido na classe solo rural, na categoria funcional de espaço florestal de produção, quanto ao uso proposto, não existe qualquer inconveniente, dado se encontrar previsto, conforme alínea c) do n.º2 do art.º29 do PDM.-----

-----Quanto à localização face às restrições de utilidade pública: Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN) encontra-se condicionada por RAN e REN – Áreas máxima infiltração e zonas ameaçadas pelas cheias. Deverá ser solicitado parecer à ERRAN e CCDR'C.-----

-----Também se verifica que a intervenção se encontra na faixa de proteção dos 1300m do nó de Arganil à Variante EN342.-----

-----Deste modo, a Infra-estruturas de Portugal (IP) deverá pronunciar-se.-----

Também é referir que nas proximidades passa uma linha de água. Assim, deverá ser solicitado parecer à APA.-----

-----Edificado II – Reservatório Arganil III-----

-----O prédio objeto da presente pretensão encontra-se inserido na classe solo rural, na categoria funcional de espaço florestal de produção, quanto ao uso proposto, não existe qualquer inconveniente, dado se encontrar previsto, conforme alínea c) do n.º2 do art.º29 do PDM.-----

-----Quanto à localização face às restrições de utilidade pública: Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN), não se encontra condicionado.-----

-----Em conclusão, propõe-se a Vossa Ex.^a o encaminhamento do presente parecer a Reunião de Câmara para deliberação de dar conhecimento do presente à entidade Águas do Centro Litoral, conforme determinado pelo n.º2 do art.º7 do RJUE, na sua atual redação.-----

-----À CONSIDERAÇÃO SUPERIOR.-----

-----**Despacho do Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Ricardo Pereira Alves, datado de 26.10.2016: "À Reunião de Câmara".**-----

-----Teve a palavra o Senhor **Vice-Presidente** dizendo que "a boa notícia é que está prestes a concretizar-se um investimento que foi assumido na altura pela Águas do Mondego em 30 de Dezembro de 2004, para estar concluído até ao final de 2008; estamos quase no final de 2016 e quando esta situação começa a vislumbrar uma solução num horizonte temporal muito próximo. Aquilo que estamos a apreciar é uma formalidade que decorre do REJUE, a necessidade de relativamente às intervenções das Instituições da Administração Pública não carecerem de licenciamento, mas terem





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

que submeter para emissão de parecer prévio não vinculativo às autarquias os projectos das empreitadas que prevêm executar no território. O que temos aqui é uma informação técnica relativamente a várias questões que terão que ser acauteladas neste caso pela Águas do Centro Litoral. Aquilo que proponho é que seja emitido parecer prévio não vinculativo favorável, com a recomendação clara da Águas Centro Litoral solicitar os pareceres que aqui são sugeridos, nomeadamente da Agência Portuguesa do Ambiente, CCDR, infra-estruturas de Portugal; há um conjunto de entidades que têm que se pronunciar relativamente a estes assuntos.”-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, emitir o parecer prévio favorável, não vinculativo, nos termos da proposta supra.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-----

ENCERRAMENTO

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezassete horas e quarenta e cinco minutos, para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Maria Paiva Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

